

Carta mensal

Em abril, o cenário de operações militares no Oriente Médio continuou sendo o fator de maior volatilidade para o mercado. Na primeira semana do mês, bombardeios americanos e ultimatos do presidente Donald Trump aumentaram receios de que o conflito pudesse caminhar para uma fase mais destrutiva. Entretanto, não demorou para que os governos americano e iraniano anunciassem um cessar-fogo.

Desde então, o mercado parece operar em compasso de espera. A princípio, a percepção de que o conflito chegou a um impasse passou a alimentar a expectativa de que uma retomada dos ataques pelos EUA se torna menos viável. No que pese a postura frequentemente intempestiva de Trump – marcada por ameaças e declarações agressivas nas redes sociais – o presidente optou por estender o prazo da trégua, enquanto autoridades americanas mediaram um cessar-fogo entre Israel e Líbano. Ainda assim, apesar desses sinais de distensão, os resultados práticos das negociações foram pouco promissores até agora. A possibilidade de um acordo final esbarra em uma série de “condições inegociáveis” de ambas as partes, especialmente em temas relacionadas ao programa nuclear iraniano, ao pagamento de reparações de guerra e ao controle do fluxo comercial no Estreito de Ormuz. No meio-tempo, Ormuz seguiu operando sob severas restrições e episódios recorrentes de tensão, incluindo interrupções no tráfego, violações pontuais do cessar-fogo e apreensões de embarcações usadas como demonstração de força por ambos os lados.

No Brasil, os impactos do conflito têm se mostrado mistos. Por um lado, o prolongamento do bloqueio acentua restrições de oferta de energia, elevando progressivamente os riscos de pressões inflacionárias de segunda ordem. Como discutido em nosso comentário passado, ainda que o Banco Central tenha se mostrado paciente diante de pressões de primeira ordem, assim como diversas outras autoridades monetárias, as expectativas apresentadas no Boletim Focus evidenciam projeções cada vez mais altas para a SELIC no horizonte relevante do BC. Por outro lado, a posição do país como exportador líquido de energia é digna de nota: em abril, o setor externo bateu recordes na esteira de bons desempenhos de exportação de óleos combustíveis, soja e minérios. Soma-se, como fator positivo em nossa avaliação, a produção de diesel em refinarias da Petrobras, que também atingiu recordes, ajudando a mitigar, ao menos em parte, os impactos provocados pelo choque de preços do petróleo.

Para nosso fundo, auferimos resultados positivos com a reversão da abertura de *spreads* observada em março. Esse movimento beneficiou nossas duas principais estratégias (corporativos e

soberanos) com destaque para os ativos privados, que contribuíram com 1,35% na performance. A estratégia de soberanos, por sua vez, agregou 0,92%.

Ao longo do período, destacamos duas frentes principais de atuação. Em primeiro lugar, reduzimos a alocação em caixa / equivalentes de caixa, bem como em ativos soberanos, com o objetivo de ampliar a exposição a crédito corporativo, que havia registrado maior abertura de spreads em março. Essa decisão refletiu nossa avaliação de que a postura mais defensiva adotada em março cumpriu seu papel, abrindo espaço para aumentar o risco da carteira à medida que o mercado mostrou sinais de recuperação. Dessa forma, adquirimos papéis em níveis de preço mais atrativos, selecionando emissores menos sensíveis à adversidade do atual cenário geopolítico e que julgamos promissores para os meses à frente.

Em segundo lugar, dentro do segmento de soberanos, promovemos um rebalanceamento geográfico de nossas posições, reduzindo a exposição a títulos brasileiros em benefício de títulos mexicanos, favorecendo as pontas longas das curvas soberanas em detrimento de vértices intermediários.

Por fim, ressaltamos que, embora tenhamos revertido o viés defensivo adotado no mês passado, seguimos atentos a um ambiente ainda marcado por incertezas que exigem cautelosa avaliação de riscos. Permanecemos, portanto, preparados para ajustar a carteira de forma ágil, sempre que julgarmos necessário.

Desempenho do fundo

O Octante I FIF CIC MM Crédito Privado teve rentabilidade de 2,52% no mês. Já o Octante II FIF CIC MM Crédito Privado obteve 2,57%, ante CDI de 1,09%. No acumulado do ano (YTD), as rentabilidades dos fundos somam 4,10% e 4,29%. Na atribuição por estratégias, as alocações em corporativos (1,35%), em soberanos (0,92%) e caixa / equivalentes de caixa (0,34%) contribuíram positivamente. Nosso *hedge* em *US treasuries* contribuiu marginalmente (0,06%) à performance total. Nos últimos 12 meses, as cotas do Octante FIF CIC MM Crédito Privado valorizaram 17,55%, enquanto as cotas do Octante II FIF CIC MM Crédito Privado avançaram 17,94%, ante CDI de 14,83%. Os retornos equivalem, respectivamente, a 118% e 124% do CDI. A volatilidade para esse mesmo período foi de 2,60%. A estratégia está com sua *duration* consolidada em 5,43 anos e uma carteira de *bonds* com *yield* de 6,68% em dólares, equivalente a um carregamento de aproximadamente CDI + 2%. As maiores posições do fundo são: Brasil (soberano), México (soberano), BBVA México, Cosan e Pemex.



OBJETIVO DO FUNDO

Octante II FIF CIC CP é um fundo multimercado dedicado ao crédito privado e soberano LATAM. Com abordagem fundamentalista, o fundo busca oportunidades nos mercados de renda fixa. Para maiores detalhes, consulte o regulamento.

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

Retornos mensais	Fundo	CDI	%CDI
Desde o início	94,75%	76,35%	124%
Últimos 12 meses	17,94%	14,83%	121%
abr-26	2,57%	1,09%	236%
mar-26	-0,70%	1,21%	-
fev-26	0,86%	1,00%	86%
jan-26	1,53%	1,16%	132%
dez-25	1,37%	1,22%	112%
nov-25	0,52%	1,05%	50%
out-25	1,03%	1,28%	80%
set-25	2,35%	1,22%	193%
ago-25	1,54%	1,16%	133%
jul-25	1,78%	1,28%	139%
jun-25	1,99%	1,10%	181%
mai-25	1,82%	1,14%	160%

Retornos anuais	Fundo	CDI	%CDI
2026	4,29%	4,54%	95%
2025	18,23%	14,31%	127%
2024	9,29%	10,87%	85%
2023	13,78%	13,05%	106%
2022	14,88%	12,37%	120%
2021	4,76%	4,40%	108%
2020*	5,54%	0,36%	1542%

*desde 22/10/2020

INFORMAÇÕES GERAIS

Investimento Mínimo	\$250.000,00
Movimentação Mínima	\$1.000,00
Taxa de Administração	1,00% ao ano
Taxa de Performance	20% do que exceder 100% do CDI
Classificação Anbima	Multimercados Investimento no Exterior
Horário limite para aplicação	14:00 horas
Cota do Resgate	D+28 dias corridos
Pagamento do Resgate	D+2 da cotização
Banco	Itaú Unibanco (341)
Agência	8541
Conta	45546-8
CNPJ	35.727.113/0001-78
Favorecido	Octante Master FIF Crédito Privado
Gestor	Octante Gestão de Recursos Ltda
Administrador	INTRAG
Custodiante	Banco Itaú S.A.
Auditor	PWC
ISIN	BR05L4CTF000

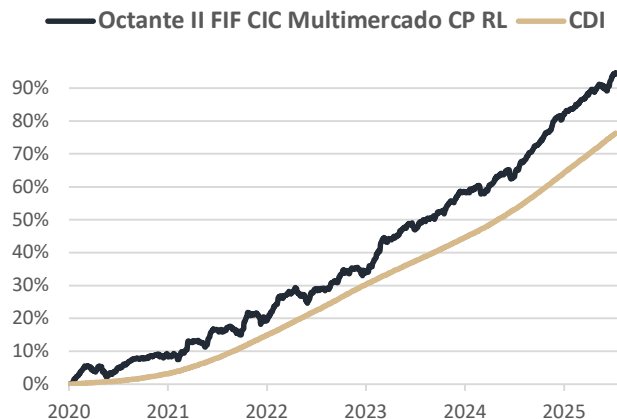
PÚBLICO ALVO

O fundo se destina a receber, exclusivamente, aplicações de investidores qualificados.

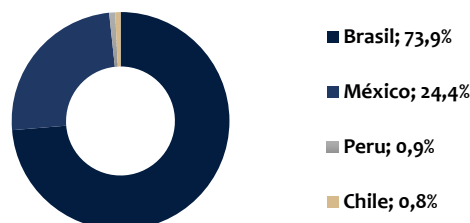
ESTATÍSTICAS DO FUNDO

% de Meses de Retorno Positivo	76,1%
% de Meses de Retorno Negativo	23,9%
Volatilidade no Mês (Anualizada)	2,60%
Volatilidade 12 Meses (Anualizada)	2,23%
Índice Sharpe 12 meses	1,40
Valor da Cota em 30 de Abril de 2026	8.413,95
PL em 30 de Abril de 2026	76.481.168
PL Médio (12 meses)	70.753.335
PL do Master em 30 de Abril de 2026	150.845.643
Yield da Carteira de Bonds em USD	6,68%
Duration Média Consolidada	5,43 anos

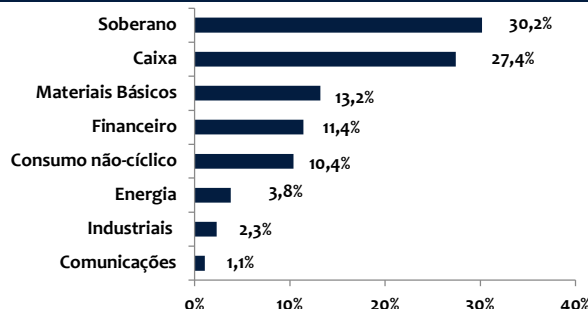
RENTABILIDADE HISTÓRICA



COMPOSIÇÃO POR PAÍS



COMPOSIÇÃO SETORIAL



As informações contidas nesse material são de caráter exclusivamente informativo. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do fundo garantidor de crédito - FGC. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura e a rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Não há garantia de que este fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo. Os fundos de crédito privado estão sujeitos a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial dos emissores responsáveis pelos ativos do Fundo.